

**O LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL E A TRANSFORMAÇÃO DA
DEFESA NO BRASIL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A INDÚSTRIA
DE DEFESA**

SÃO PAULO, 2011.08.30

A PRIMEIRA REFLEXÃO SOBRE O LIVRO BRANCO É DE QUE NÃO EXISTEM MODELOS IDEAIS QUE DEVAM SER COPIADOS PELO BRASIL.

ISSO NÃO SIGNIFICA QUE ELEMENTOS COMUNS A ESSE TIPO DE EXERCÍCIO, RELACIONADOS À EXPERIÊNCIA DE OUTRAS NAÇÕES, TENHAM DE SER DESCONSIDERADOS.

FALO, POR EXEMPLO, DA CLARA EXPLICITAÇÃO DE TODO O ARCABOUÇO CONCEITUAL (ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS, POLÍTICA DE ENSINO, ORÇAMENTO, LOGÍSTICA ETC.) E LEGAL QUE ENQUADRA A DEFESA NO ÂMBITO DO ESTADO BRASILEIRO.

ESSA EXPLICITAÇÃO DEVE OCORRER DE ACORDO COM O PREVISTO NA "LEI DA NOVA DEFESA" APROVADA NO ANO PASSADO, QUE DETERMINA QUE O LIVRO BRANCO SEJA ENVIADO AO CONGRESSO EM 2012.

A MESMA LEI REESTRUTUROU O MINISTÉRIO. CRIOU, TAMBÉM, O ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS (EMCFA) – RESPONSÁVEL PELO EMPREGO INTEGRADO DE MARINHA, EXÉRCITO E

AERONÁUTICA - E A SECRETARIA DE PRODUTOS DE DEFESA (SEPROD) - QUE VISA A RACIONALIZAR A POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL DAS FORÇAS SINGULARES.

OS LIVROS BRANCOS SÃO INSTRUMENTOS QUE TÊM COMO OBJETIVO PRIORITÁRIO CONFERIR TRANSPARÊNCIA ÀS POLÍTICAS DE DEFESA DAS DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS.

NÃO É À TOA QUE ISSO ACONTECE.

AS FORÇAS ARMADAS POSSUEM A CAPACIDADE DE PROJETAR PODER MILITAR ALÉM FRONTEIRAS.

ESSA POSSIBILIDADE, POR SI SÓ, É PASSÍVEL DE GERAR INSEGURANÇA EM NAÇÕES VIZINHAS - O QUE, ESCLAREÇO, NÃO É O CASO DA AMÉRICA DO SUL. AINDA ASSIM, UMA MELHOR PERCEPÇÃO DOS OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DA POLÍTICA DE DEFESA AJUDA A DESFAZER PREOCUPAÇÕES MESMO QUE INFUNDADAS.

MAS OS LIVROS BRANCOS SÃO ALGO MAIS QUE MECANISMOS AUXILIARES DE FOMENTO DA CONFIANÇA.

IMPORTANTE PARCELA DE ESPECIALISTAS JULGA SEREM ELES TAMBÉM INSTRUMENTOS DE REFORÇO DA AUTORIDADE CIVIL SOBRE OS AS FORÇAS ARMADAS, INERENTE ÀS DEMOCRACIAS.

O EXERCÍCIO DE SUA ELABORAÇÃO É RELEVANTE PARA O APROFUNDAMENTO DO ACERVO DE CONHECIMENTOS DA SOCIEDADE

SOBRE A TEMÁTICA MILITAR E O CONHECIMENTO DAS PRÓPRIAS FORÇAS ARMADAS SOBRE SI MESMAS.

O LIVRO BRANCO NÃO VISA DIVULGAR INFORMAÇÕES DE CARÁTER SIGILOSO QUE PODERIAM COMPROMETER A SEGURANÇA NACIONAL.

MAS TAMPOUCO SE DEVEM MANTER NA PENUMBRA CORPORATIVA DADOS ESSENCIAIS AO ESCLARECIMENTO DA CIDADANIA SOBRE A REALIDADE DAS NOSSAS FORÇAS ARMADAS.

TEMOS EXPECTATIVA DE QUE O LIVRO BRANCO VENHA A SER UM GRANDE CATALISADOR DA DISCUSSÃO SOBRE A TEMÁTICA DE DEFESA NO ÂMBITO DA ACADEMIA, DA BUROCRACIA FEDERAL E DO PARLAMENTO.

SERVIRÁ, IGUALMENTE, DE MECANISMO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE A ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA DE DEFESA HOJE EXISTENTE AOS OBJETIVOS TRAÇADOS PELO PODER PÚBLICO.

APESAR DE CONSTITUIR EXERCÍCIO GOVERNAMENTAL, A REDAÇÃO DO LIVRO BRANCO DEVE ENVOLVER A PARTICIPAÇÃO DIRETA E EFETIVA DOS MAIS DIVERSOS SETORES DA SOCIEDADE.

ISSO SE JUSTIFICA NÃO APENAS PELA VALORIZAÇÃO DO PLURALISMO DEMOCRÁTICO, MAS TAMBÉM PELA PREMISSE DE QUE O LIVRO BRANCO DEVE SER ALGO ALÉM DE UM MERO REPOSITÓRIO DAQUILO QUE JÁ EXISTE.

O LIVRO BRANCO DEVE CONTER REFLEXÕES, APONTAR PROBLEMAS, SUGERIR NOVOS CAMINHOS.

NO PLANO DA SISTEMÁTICA DE ELABORAÇÃO, CONSIDERARÁ, DE MODO PRIORITÁRIO MAS NÃO EXCLUSIVO, AS SUGESTÕES EMANADAS DE SEIS "OFICINAS TEMÁTICAS" - CADA UMA DELAS CORRESPONDENTE A UM CAPÍTULO DO DOCUMENTO.

UM GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL, COMPOSTO POR OITO MINISTÉRIOS E TRÊS SECRETARIAS LIGADAS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, APRECIARÁ O DOCUMENTO PRODUZIDO SOB COORDENAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA.

O LIVRO BRANCO INCORPORARÁ AS VERSÕES REVISTAS DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL (DE 2005) E DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA (DE 2008).

O DOCUMENTO DEVERÁ SER ÚTIL AO OBJETIVO DE LEVAR À FRENTE A TRANSFORMAÇÃO DE NOSSAS FORÇAS ARMADAS, À LUZ DOS CONCEITOS E PRINCÍPIOS QUE BALIZAM A INSERÇÃO ESTRATÉGICA DO BRASIL NO MUNDO.

O CONCEITO DE "TRANSFORMAÇÃO DA DEFESA" REPRESENTA UMA APOSTA NO FUTURO, QUE SUPERA LARGAMENTE AS IDÉIAS DE ADAPTAÇÃO E DE MODERNIZAÇÃO.

ELE IMPÕE O DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES PARA DESEMPENHAR NOVAS FUNÇÕES EM COMBATE - COMO, ENTRE OUTRAS,

AS QUE ENVOLVEM MAIOR MOBILIDADE ESTRATÉGICA - E CAPACIDADE EXPEDICIONÁRIA PARA O CUMPRIMENTO DE MISSÕES DE PAZ SOB A ÉGIDE DAS NAÇÕES UNIDAS.

A BASE DESSA TRANSFORMAÇÃO É A ADOÇÃO DE UM NOVO MODELO DE GESTÃO FINANCEIRA, DE RECURSOS HUMANOS E DE MATERIAL.

OS VETORES TRANSFORMADORES SERÃO:

- A BUSCA DE MAIOR INTEGRAÇÃO ENTRE MARINHA, EXÉRCITO E AERONÁUTICA, SEJA PELA AÇÃO DO MINISTÉRIO, SEJA PELO CUIDADO DAS FORÇAS NA REALIZAÇÃO DE SEUS PLANEJAMENTOS.

- PRIORIDADE ATRIBUÍDA À INTEROPERABILIDADE, EM BENEFÍCIO DA RACIONALIDADE E DA EFICÁCIA;

- O REFINAMENTO DA CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA DE DEFESA, QUE APONTE OS CENÁRIOS DE EMPREGO MAIS PROVÁVEIS, COM CORRESPONDENTE ADEQUAÇÃO DE MEIOS, ORGANIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO; E

PRECISAMOS TRABALHAR PARA QUE OS RECENTES AVANÇOS OBTIDOS NA REESTRUTURAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA SEJAM CONSOLIDADOS E POSSAM GERAR OS FRUTOS ESPERADOS.

NUNCA É DEMAIS ENFATIZAR A IMPORTÂNCIA DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS COMO ELEMENTO DE COORDENAÇÃO DO PREPARO DE MARINHA, EXÉRCITO E AERONÁUTICA.

OS PROCESSOS RELACIONADOS À TRANSFORMAÇÃO DA DEFESA NÃO PODEM SE DAR NO VÁCUO. ALÉM DA IMPRESCINDÍVEL CAPACIDADE DE REPELIR POTENCIAIS AGRESSÕES EXTERNAS, ELES DEVEM ESTAR O MAIS POSSÍVEL EM HARMONIA COM OS OBJETIVOS DA INSERÇÃO INTERNACIONAL DO PAÍS.

O PANO DE FUNDO QUE ENQUADRA A ATUAÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL É O DE UM MUNDO CRESCENTEMENTE MULTIPOLAR.

EMBORA A MULTIPOLARIDADE SEJA TENDÊNCIA POSITIVA, ELA NÃO ELIMINA A INCERTEZA E A FLUIDEZ DO SISTEMA GLOBAL, NO QUAL AS POSSIBILIDADES DE CONFLITO CONTINUAM VIVAS.

NÃO PODEMOS ESQUECER, DE OUTRA PERSPECTIVA, AS CIRCUNSTÂNCIAS ESPECÍFICAS RELACIONADAS À INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL.

ASSIM,

SE, POR UM LADO, É EVIDENTE O CARÁTER DISSUASÓRIO DA POLÍTICA DE DEFESA NO CENÁRIO INTERNACIONAL MAIS AMPLO, É PRECISO ENFATIZAR, POR OUTRO, QUE A ESTRATÉGIA BRASILEIRA EM RELAÇÃO AOS ESTADOS SUL-AMERICANOS É, E SERÁ CADA VEZ MAIS, FORTEMENTE COOPERATIVA.

QUEREMOS FOMENTAR A CONSTITUIÇÃO DE UMA "COMUNIDADE DE SEGURANÇA" EM NOSSO ENTORNO GEOGRÁFICO IMEDIATO, BANINDO DEFINITIVAMENTE A GUERRA COMO FORMA DE RESOLUÇÃO DE DIFERENDOS ENTRE OS PAÍSES QUE O COMPÕE.

ESSA ESTRATÉGIA COOPERATIVA PRETENDE FOMENTAR RELAÇÕES POLÍTICAS INTENSAS ENTRE OS PAÍSES DA REGIÃO, QUE SIRVAM ELAS PRÓPRIAS DE ELEMENTO DE DISSUAÇÃO EXTRARREGIONAL.

A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL MANTÉM COMO OBJETIVO CENTRAL A BUSCA DE INSUMOS PARA O DESENVOLVIMENTO, EM QUE GRANDE ÊNFASE É CONFERIDA AO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANO E AO REFORÇO DO MULTILATERALISMO.

O PERFIL MILITAR RELATIVAMENTE BAIXO AINDA MANTIDO PELO PAÍS CONTRIBUI PARA A DEFASAGEM CRESCENTE EXISTENTE ENTRE OS SEUS MEIOS ESTRATÉGICOS E A SUA ENVERGADURA NO PLANO GLOBAL. ESSA DEFASAGEM PRECISA SER SUPERADA.

A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA ENCONTRA-SE EM FASE INICIAL DE IMPLEMENTAÇÃO. O MINISTÉRIO DA DEFESA VEM DANDO OS PRIMEIROS PASSOS NO SENTIDO DE UMA COORDENAÇÃO MAIS EFETIVA SOBRE AS FORÇAS SINGULARES E SEUS ORÇAMENTOS.

PROBLEMAS FINANCEIROS AINDA NÃO RESOLVIDOS SE REFLETEM NA OBSOLESCÊNCIA DO MATERIAL DAS FORÇAS ARMADAS, NA BAIXA DISPONIBILIDADE DAS PLATAFORMAS DE COMBATE E NO NÍVEL GERAL DE ADESTRAMENTO DO PESSOAL.

A PARTIR DESSA SÍNTESE, PODE-SE AVALIAR A PLAUSIBILIDADE DE CADA UM DOS TRÊS CENÁRIOS EM QUE O BRASIL SE ENCONTRARIA EM 2030.

NO **CENÁRIO MAIS POSITIVO**, CHEGA-SE A CONSENSO ABRANGENTE EM RELAÇÃO A UMA GRANDE ESTRATÉGIA NACIONAL SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE DEFESA E EXTERNA NO MÉDIO E LONGO PRAZO. CONSTRÓI-SE CAPACIDADE DISSUASÓRIA COM CREDIBILIDADE SUFICIENTE PARA IMPEDIR TENTATIVAS DE COAÇÃO MILITAR. A POLÍTICA DE DEFESA AMPLIA A CAPACIDADE DE BARGANHA DA POLÍTICA EXTERNA. NESSE CONTEXTO, A **INDÚSTRIA NACIONAL DE DEFESA FLORESCE E SE CONSOLIDA**.

NA HIPÓTESE DO **CENÁRIO INTERMEDIÁRIO**, MESMO SEM ESSE CONSENSO ABRANGENTE, ALGUMAS DIRETRIZES SÃO OBJETO DE ACORDO. CONSTRÓI-SE CAPACIDADE DISSUASÓRIA LIMITADA, MAS SUFICIENTE PARA DIFICULTAR TENTATIVAS DE COAÇÃO MILITAR. A POLÍTICA DE DEFESA AMPLIA MODERADAMENTE A CAPACIDADE DE BARGANHA DA POLÍTICA EXTERNA. NESSA CIRCUNSTÂNCIA, A **INDÚSTRIA NACIONAL DE DEFESA GANHA MUSCULATURA MAS NÃO SE ENCONTRA AINDA PLENAMENTE CONSOLIDADA**;

JÁ EM UM **IMPROVÁVEL CENÁRIO NEGATIVO**, AQUI MENCIONADO APENAS COMO HIPÓTESE, NÃO SE CHEGA A CONSENSO SOBRE UMA GRANDE ESTRATÉGIA NACIONAL NEM SE CONSTRÓI CAPACIDADE DISSUASÓRIA SUFICIENTE PARA DIFICULTAR TENTATIVAS DE COAÇÃO MILITAR. A POLÍTICA DE DEFESA NÃO AMPLIARIA A CAPACIDADE DE BARGANHA DA POLÍTICA EXTERNA.

ASSIM, A **INDÚSTRIA NACIONAL DE DEFESA SE DESENVOLVE APENAS NICHOS ISOLADOS.**

NAS CONDIÇÕES ATUAIS, O CENÁRIO *POSITIVO* POSSUI MÉDIA PLAUSIBILIDADE. APESAR DISSO, TEMOS DE TRABALHAR COM AFINCO PARA QUE ELE SE MATERIALIZE.

ISSO TEM ABSOLUTAMENTE TUDO A VER COM O INTERESSE DOS EMPRESÁRIOS.

NO BRASIL, EM FACE DE UMA CONJUNÇÃO DE FATORES NEGATIVOS, INCLUSIVE A FALTA DE VISÃO ESTRATÉGICA DE NOSSAS ELITES, DEIXAMOS QUE GRANDE PARTE DA INDÚSTRIA BÉLICA NACIONAL FOSSE À FALÊNCIA NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1990.

UM DOS FATORES QUE MAIS CONTRIBUIU PARA ISSO FOI A BAIXA CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO ESTADO.

SEM QUE O GOVERNO FEDERAL COMPRE MATERIAL DE EMPREGO MILITAR, NÃO HÁ COMO SUSTENTAR UMA INDÚSTRIA DE DEFESA.

ATÉ PORQUE, NA MAIORIA DAS VEZES, AS EXPORTAÇÕES DE MATERIAL BÉLICO SÓ SÃO VIABILIZADAS SE AS FORÇAS ARMADAS DO PAÍS EXPORTADOR O UTILIZAM.

PORTANTO, UM DOS CONDICIONANTES DA PRÓPRIA INSERÇÃO INTERNACIONAL DAS EMPRESAS NACIONAIS É A CAPACIDADE DE AQUISIÇÃO GOVERNAMENTAL.

PARA QUE TAL CAPACIDADE SEJA EFETIVADA, É PRECISO INVESTIMENTO PÚBLICO CONTINUADO E PREVISÍVEL.

É NESSA LINHA QUE PRETENDO TRABALHAR, EM CONSONÂNCIA COM AS ORIENTAÇÕES DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF.

É PRECISO FORTALECER A CADEIA PRODUTIVA DA DEFESA, OFERECER-LHE CONDIÇÕES DE COMPETITIVIDADE E GARANTIR SUA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA.

É ESTE O OBJETIVO DO PROJETO DE LEI DE PRODUTOS DE DEFESA (PL-PRODE), PRATICAMENTE FINALIZADO NO ÂMBITO DO EXECUTIVO E EM VIAS DE ENCAMINHAMENTO AO CONGRESSO NACIONAL.

QUANDO APROVADA, A LEI OFERECERÁ TRATAMENTO TRIBUTÁRIO ADEQUADO ÀS INDÚSTRIAS DE MATERIAL DE EMPREGO MILITAR DO PAÍS.

FAVORECERÁ, TAMBÉM, A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS FABRICADOS EM TERRITÓRIO BRASILEIRO.

PERMITAM-ME TERMINAR EM TOM OTIMISTA.

DIFERENTEMENTE DO QUE ACONTECEU NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS, NOS ENCONTRAMOS HOJE EM CIRCUNSTÂNCIA PROPÍCIA PARA DARMOS O SALTO QUALITATIVO NECESSÁRIO NO PLANO DA DEFESA - EM PARTICULAR NO QUE TANGE À INDÚSTRIA DE MATERIAL DE EMPREGO MILITAR.

VÁRIOS FATORES NOS COLOCAM EM CONDIÇÃO MAIS FAVORÁVEL DO QUE NO PASSADO. CITO, ENTRE OUTROS: A SENSIBILIDADE DAS ELITES POLÍTICAS BRASILEIRAS PARA A NECESSIDADE DE RESGUARDAR AS RIQUEZAS DO PAÍS (AMAZÔNIA, PRÉ-SAL ETC.); O NOTÁVEL INCREMENTO DA PRESENÇA INTERNACIONAL DO BRASIL; O CRESCIMENTO ECONÔMICO COM ESTABILIDADE MONETÁRIA; A EXISTÊNCIA DE GRANDES GRUPOS EMPRESARIAIS NACIONAIS CAPITALIZADOS E EFICIENTES QUE COMEÇAM A INVESTIR NO SETOR; A MELHORA DA CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO ESTADO; E O AUMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA DO PAÍS NA ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

CHAMO ATENÇÃO PARA OUTRO ASPECTO: O RECURSO A CRÉDITOS INTERNACIONAIS, INSTRUMENTO AO QUAL TEMOS RECORRIDO NO PASSADO RECENTE PARA FINANCIAR GRANDES PROJETOS - E AO QUAL TEREMOS DE RECORRER PARA CERTOS PROJETOS -, NÃO SUBSTITUI O FLUXO CONTINUADO E SEGURO DE RECURSOS ORIGINÁRIOS DO PRÓPRIO ESTADO BRASILEIRO.

NÃO ESQUEÇAMOS QUE O APARATO DISSUASÓRIO QUE PRECISAMOS CONSTRUIR POSSIBILITARÁ AO BRASIL OBTER TECNOLOGIAS DE PONTA QUE CAPACITARÃO NOSSO PARQUE INDUSTRIAL E APRIMORARÃO A SUA COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL.

PARA VENCER TODOS ESSES DESAFIOS, ESTADO E INICIATIVA PRIVADA PRECISAM TRABALHAR EM CONJUNTO.

SOMENTE ASSIM TEREMOS UMA INDÚSTRIA DE DEFESA MAIS DINÂMICA, ROBUSTA E INOVADORA.

MUITO OBRIGADO.